



Anais da Assembleia

Nº 087

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE JULHO DE 1991

ANO XVII

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 06.ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 1991.**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, José Alves, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados Heinz Herwig, Antônio Annibelli, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin e Nilton Barbosa (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº DTL/SAT/178/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 058/91, por julgá-lo inconstitucional em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/179/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 184/91, por julgá-lo inconstitucional em razão de motivos expostos. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187 e 188/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

183/91: De autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que declara de Utilidade Pública o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.641. **Anote-se. Arquite-se.**

162/91: De autoria do Deputado MÁRIO BEZERRA, que declara de Utilidade Pública a Clínica Médico Social Rural de Mandaguari, com sede e foro à Avenida Presidente Getúlio Vargas, 1180, no município de Mandaguari, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.640. **Anote-se. Archive-se.**

192/91: De autoria do Deputado MÁRIO BEZERRA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Japurá, com sede e foro à rua Tiradentes, 46, no município de Japurá, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.639. **Anote-se. Archive-se.**

178/91: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a Associação de proteção à Maternidade e à Infância - APMI., com sede em Santa Cruz do Monte Castelo, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.638. **Anote-se. Archive-se.**

174/91: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de São Tomé, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.637. **Anote-se. Archive-se.**

188/91: De autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.636. **Anote-se. Archive-se.**

168/91: De autoria do Deputado JOSÉ ARTUR RITTI, que declara de Utilidade Pública a Casa de Caridade São Vicente de Paulo, com sede e foro no município de Joaquim Távora, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.642. **Anote-se. Archive-se.**

279/91: Do PODER EXECUTIVO, que reajusta 66% a Tabela de Salários dos Servi-

dores da Fundação da Ação Social do Paraná - FASPAR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.643. **Anote-se. Arquive-se.**

193/91: Do MINISTÉRIO PÚBLICO, que dispõe sobre o Conselho Superior do Ministério Público e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.644. **Anote-se. Arquive-se.**

OFÍCIO N° 141/91

Curitiba, 10 de julho de 1991.

Senhor Presidente.

Valho-me do presente, para comunicar à douta Mesa Executiva desta Casa, o afastamento deste Parlamentar, em viagem fora do País, no período de 12.07.91 a 05.08.91, no interstício facultado pelo recesso desta Casa.

Atenciosamente.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1678

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.07.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 1680

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, a inversão para a discussão e votação da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 10.07.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Apoiamento: Orlando Pessuti, Carlos Simões, Durval Amaral e João Preis.

REQUERIMENTO N° 1679

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor OATRE BRAMBILLA, ocorrido no dia 07 de julho do corrente, nesta Capital.

Da decisão da Casa, pede-se seja dada ciência à família enlutada à Rua: Armando Prince, n° 45 Bairro Tarumã, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 10.07.91.

(a) ERONDY SILVERIO

REQUERIMENTO N° 1682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Luiz Renato Pedroso, manifestando apoio desta Casa Legislativa para a criação da Comarca de Marmeleiro, compreendendo o município do mesmo nome e, também, o de Ranascença.

Requer, outrossim, que no mesmo expediente, seja anexado a seguinte documentação, justificando plenamente o pleito:

- . ofício n° 193/91, do Prefeito Municipal de Marmeleiro;
- . certidão do Juízo Eleitoral da 140.ª Zona;
- . certidões da Vara Criminal, Menores e Registros Públicos da Comarca de Francisco Beltrão;
- . certidão da 2.ª Vara Cível e Anexos;
- . declarações de três partidos políticos com assento na Câmara Municipal de Marmeleiro.

Sala das Sessões, em 10.07.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Os dados apresentados nos documentos em anexo justificam plenamente o requerimento e, mais do que isto, a implantação da Comarca pleiteada. A futura Comarca de Marmeleiro será de grande valia para a justiça e para os municípios beneficiados.

O atendimento, por certo, será mais célere com o desdobramento da Comarca de Francisco Beltrão, hoje sobrecarregada de serviços. E, este parlamentar, além de justificar o pedido apela ao eminente Desembargador Luiz Renato Pedroso, e ao Tribunal de Justiça como um todo, para a implantação da Comarca, por ser uma questão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, comunicando seu afastamento em viagem ao exterior, no período de 12 de julho a 05 de agosto do corrente ano, no interstício facultado pelo recesso da Casa.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, com apoio dos Senhores Deputados Orlando Pessuti,

Carlos Simões, Durval Amaral e João Preis, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do Dia acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 287/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 51/91, que autoriza o Poder Executivo a receber créditos de qualquer origem ou natureza em cruzados novos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 286/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n° 50/91, que ficam reajustados em 10% (dez por cento) a partir do dia 1° de junho de 1991, os salários dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n° 285/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos

e cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI N° 285/91

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo aprovado pela Lei Estadual n° 9494, de 21 de dezembro de 1990, e simultaneamente fica procedida a conversão da fonte 20 - Operação de Crédito Interna - Vinculada para a fonte 00 - Ordinário não Vinculado, conforme Anexo I, desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente da Administração Geral do Estado - Recursos sob a Supervisão da SEFA, conforme Anexo II, desta lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.07.91.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente

EURIDES MOURA

Relator

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO		ANEXO I		Cr\$ 1.000,00		FL. 01
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	Nº DO PROC COP
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
0901	GABINETE DO SECRETÁRIO					
2214	CASA CIVIL					
	ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE					
	DO SECRETÁRIO - CASA CIVIL	3120,00	00	L	10,000	0211
		3132,00	00	L	20,000	0211
2215	ATENDIMENTO A ENTIDADES					
	ASSISTENCIAIS, EDUCATIVAS E					
	CULTURAIS	3223,01	00	L	55,000	0211
		3223,02	00	L	80,000	0211
		3231,00	00	L	25,000	0211
		4323,00	00	L	20,000	0211
		4331,00	00	L	20,000	0211
0903	DIRETORIA GERAL - CASA CIVIL					
2218	MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA					
	ADMINISTRATIVA E PROGRAMÁ-					
	TICA DA CASA CIVIL	3120,00	00	L	15,000	0211
		3132,00	00	L	28,500	0211
2275	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS					
	DE INFORMÁTICA - CASA CIVIL	3132,00	00	L	20,000	0211
0904	SUBCHEFIA DO CERIMONIAL					
2219	ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDA-					
	DES DO CERIMONIAL	3120,00	00	L	7,000	0211
		3132,00	00	L	3,000	0211
0905	CASA MILITAR					
2220	ASSESSORAMENTO MILITAR AO					
	GOVERNADOR	3120,00	00	L	12,000	0211
		3132,00	00	L	8,000	0211
2221	ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS					
	DE TRANSPORTE AÉREO	3120,00	00	L	10,000	0211
		3132,00	00	L	15,000	0211
0908	GABINETE VICE-GOVERNADOR					
2222	ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE					
	DO VICE-GOVERNADOR	3120,00	00	L	500	0211
		3132,00	00	L	1,000	0211
TOTAL					350,000	

CANCELAMENTO ANEXO		ANEXO II		Cr\$ 1,000,00		FL. 02	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	Nº DO PROC COP	
2500	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO SOB SUPERVISÃO DA SEFA						
2501	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO						
1109	PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
		4313,00	20	L	350,000	0211	
		TOTAL			350,000		

Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Nós havíamos apresentado uma emenda a este Projeto n° 285/91 e foi rejeitada por este Plenário.

A nossa proposição tinha como objetivo transferir parte da verba do Gabinete do Sr. Governador para reajustes salariais, pagamento de salários ou o que for para que se pudesse reajustar salários dos funcionários do ITCF, que se encontram em greve por deficiências salariais, por perdas salariais, por insuficiência salarial.

Tivemos oportunidade de, na C.C.J., registrar a justificativa da nossa emenda, e o rolo compressor reprovou neste Plenário. E nós justificávamos a nossa emenda pelo seguintes motivos: nós estivemos, na última terça-feira, na cidade de Pato Branco, onde os funcionários do ITCF, numa manifestação, se reuniam para discutirem os seus problemas.

E tivemos também a oportunidade de, lamentavelmente, presenciar um fato que nos deixou perplexos: funcionários do ITCF nos apresentando olerites de pagamentos com valores menores que o salário-mínimo, com complementação de salário para poder chegar a um salário-mínimo. E nós não tivemos a oportunidade de ter a nossa emenda aprovada por este Plenário.

Vimos ainda os trabalhadores rurais dos assentamentos da Região Sudoeste trazer donativos de alimentos para os funcionários do ITCF que estão passando fome...

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - O orador que está se dirigindo à Mesa requereu a palavra pela ordem.

Entretanto, está se desviando completamente do assunto, o que é anti-regimental. Está usando a palavra pela ordem para fazer um pronunciamento, o que não é permitido durante o período extraordinário. Então, é esta a questão de ordem que levanto à Mesa, para que se faça cumprir o Regimento Interno da Casa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Estou encaminhando a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa considera como que se o Deputado esti-

vesse encaminhando a votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu estive presente neste ato e fiquei estarecido quando vi agricultores virem dos assentamentos de trabalhadores rurais trazendo alimentos...

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) Ainda regimentalmente.

Discute-se a suplementação do crédito e o orador está desviando completamente o assunto, o que é anti-regimental.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estamos discutindo a redação final, Deputado. Vossa Excelência continua com a palavra.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Concluindo, Sr. Presidente.

Quero ler, para que se transcreva nos Anais da Casa, um documento entregue a mim, de representantes de vários Sindicatos Rurais, trazendo o seu apoio e solidariedade aos funcionários do ITCF pelas defasagens salariais apoiando as suas reivindicações.

Diz o seguinte (Lê):

"Pato Branco, 03 de julho de 1991.

Prezado Senhor.

Pelo presente a Microrregião 01 do Sudoeste do Paraná, composto pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chopinzinho, Pato Branco, Clevelândia, Itapejara do Oeste, Enéas Marques, São João, Vitorino, Santa Izabel do Oeste, Coronel Vivida, Sulina, Mariópolis, Renascença e São Jorge do Oeste vêm, por intermédio desta, manifestar a nossa solidariedade com relação ao movimento grevista desencadeado pelos funcionários do ITCF em função do seu achatamento salarial, a ponto de causar-lhes desestímulo de continuar na empresa, fazendo-os ir em busca de novos setores para o trabalho.

Com isto, os pequenos e médios agricultores começam a ser prejudicados pela falta destes serviços, tais como: expedição de certidão negativa, vistorias para desmatamento, produção e distribuição de mudas e assistência aos assentamentos e

acampamentos de trabalhadores rurais.

Outrossim, nós sindicalistas, estranhemos a não atenção por parte do Governo Estadual com estes funcionários, pois, com isto, deixa-se de desenvolver um trabalho de vital importância, principalmente aos agricultores, que é a educação ambiental, que este órgão desenvolve.

Considerando ainda, que a Nação se prepara para sediar a ECO-92.

Acreditamos e esperamos que o Governo resolva este impasse o mais breve possível.

Observação: este documento tem apoio das 370 famílias assentadas nos acampamentos de Nova Conquista e de Vitória da União de Mangueirinha e Chopinzinho.

Atenciosamente.

(aa) Presidentes dos Sindicatos."

Nós ficamos estarelecidos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando os agricultores trouxeram alimentos, donativos para poder os funcionários do ITCF sustentar as suas famílias com o recebimento dos salários de miséria e ainda descontados os seus dias de greve.

Lamentamos que este Plenário não deu atendimento à nossa emenda, ou que o Governo do Estado até o momento não tenha resolvido a conversar com os funcionários deste importantíssimo órgão do Governo do Estado, que os funcionários estão no desespero pedindo alimentos para suas famílias os agricultores que estão beneficiados pelos funcionários do ITCF, pelos seus técnicos, estão entendendo e estão trazendo donativos enquanto o Governo de olhos fechados, de ouvidos tapados, não dá atendimento e não ouve as reclamações dos trabalhadores que estão passando fome e os servidores públicos do Estado.

Era isso Sr. Presidente, mas por isso nós registramos o nosso voto contrário a este projeto, porque deliberamos, liberamos verbas para o Governador tratar dos seus interesses e não trata do interesse desse funcionalismo que está necessitado de resolver o seu problema de salário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Srs. Deputados, conservem-se como estão.

Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 271/91, que cria cargos no Quadro Próprio do Magistério, conforme especifica. (Publ. no D.A. n° 78, de 26.06.91, Mensagem)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 215/91, que transforma em Autarquias Estaduais, todas as Fundações criadas por Leis Estaduais. (Publ. no D.A. n° 63, de

04.06.91, Mensagem).

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Sr. Presidente.

Eu ouvi bem, nós estamos agora na redação final. Eu acho que se Vossa Excelência me permite, Senhor Presidente, nós, nesse dia histórico em que estamos votando a Redação Final do Projeto de Lei n° 215/91, não poderíamos deixar de registrar a nossa tristeza, pelo modo como a maioria dos Deputados desta Casa se comportam na discussão dessa matéria.

Nós estamos aprovando praticamente na íntegra a Mensagem do Governador do Estado, que vinha cercada de vícios de inconstitucionalidade, matéria que infelizmente aprovada pela maioria desta Casa, se tornou uma delegação do Poder Legislativo ao Poder Executivo.

Esse próprio Poder, Senhor Presidente, Senhores Deputados, infelizmente promoveu um golpe duro contra a sua própria Casa que o abrigou.

Eu espero, com toda sinceridade, Senhor Presidente, que o Governador do Estado, caso esse projeto resista ao exame do Poder Judiciário, porque sabemos já que o Poder Judiciário possivelmente será acionado para manifestar sobre a inconstitucionalidade desse projeto e dessa matéria.

Eu espero, caso o Poder Judiciário não barre, não invalide este projeto de lei que hoje nós estamos aprovando, que o Governador do Estado ao menos tenha bom senso quando for regulamentar a transformação das Fundações Públicas em Autarquias.

Esperamos que o Governador do Estado não se comporte como os surdos se comportaram aqui neste Plenário; que ouça a voz do bom senso do interesse público; que faça, através da regulamentação deste projeto, algo que leve à melhoria destas instituições tão importantes ao Estado do Paraná, que tanto sacrifício, que tanto esforço custaram ao povo deste Estado.

Oxalá torcemos e esperamos que o Governador do Estado tenha a grandeza, tenha a visão de estadista e saiba, com humildade, fazer o melhor possível para estas instituições.

Neste sentido, com tristeza, registramos hoje aqui, esta posição.

E com tristeza também, somos obrigados a, mais uma vez, registrar voto contrário da Bancada do PT, do PSB, a este projeto de lei, que esperávamos pudesse ter sido apreciado com discussão política, com consenso, com o poder e a capacidade de síntese que deve ser a tarefa deste Parlamento. Infelizmente a maioria,

mais uma vez, se curvou ao poder do Executivo.

Com pesar registramos nosso voto contrário a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Lei n° 215/91.

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei Complementar...

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, só uma observação.

Vários Deputados manifestaram seu voto contrário e gostaria que Vossa Excelência permitesse o registro, para os Anais da história, dos votos contrários destes Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Deputados que se manifestarem contra, podem anunciar seu voto e será registrado.

O SR. PAULO MAIA - Paulo Maia, PSB. Sempre contrário.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Emília Belinati.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Algaci Túlio, do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n° 190/91, que autoriza o Poder Executivo a instituir, na forma que especifica, o regime fiscal das microempresas. (Publ. no D.A. n° 55, de 20.05.91.)

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Deputado, a Mesa vai conceder a palavra para Vossa Excelência encaminhar a votação e tem sido liberal, mas quer lembrar o artigo 153. sobre a redação final: o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o espírito democrático de Vossa Excelência.

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Não poderia deixar de registrar aqui, neste momento, a posição do PT e o objetivo a que nos propusemos através das emendas que apresentamos a este projeto.

Infelizmente, parece que estamos perante uma situação que lembra uma história que ouvi de um acontecimento no Norte

do Paraná.

Certa feita, um cidadão passava pela rua e ao olhar a casa do seu vizinho, percebeu que havia um gaiato roubando suas galinhas. Eis que de imediato este cidadão que passava pela rua, começou, aos berros, a denunciar que estava havendo um furto de galinhas e que havia um ladrão no galinheiro de seu vizinho. Com os berros, atraiu a atenção da polícia e, para sua surpresa, quando chegou o delegado - este que aparentemente era amigo do ladrão de galinhas - ao invés de prender o ladrão, prendeu aquele cidadão que estava denunciando o ladrão, sob a acusação de que ele estava quebrando a lei do silêncio.

Parece-nos, mais ou menos, Senhor Presidente, esta situação em que nos encontramos hoje, quando discutimos o projeto de isenção e benefícios fiscais das microempresas do Paraná.

Nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, denunciemos nesta tribuna, apresentamos emendas para suprimir o artigo 10 desse projeto de lei, que clara e objetivamente pretendia, junto com a lei de benefícios às pequenas, às microempresas do Paraná, com a qual todos nós concordamos e avalizamos, se embutiu no meio desta lei um artigo que beneficia os grandes caloteiros do Estado do Paraná. E para nossa dor, ao fazer essa denúncia, de que estava havendo esse tipo de manobra, nós pudemos observar que pela mídia se vendeu a imagem e a idéia de que o Partido dos Trabalhadores estava contra a microempresa.

Em nenhum momento vi, por parte daqueles que hoje andam lado a lado com os poderosos, esses que estão encastelados no Palácio Iguaçu, uma manifestação de verdade. Verdade que o Senhor Governador Álvaro Dias, ao deixar o Governo aqui, nesta Casa, disse que era o maior patrimônio que estava legando ao povo do Paraná: o seu compromisso com a verdade. E hoje, infelizmente, a nossa Bancada tem sido vítima de tantas mentiras, de tantas canalhices. No momento em que nos levantamos para defender o interesse público, para defender o interesse do povo deste Estado contra os caloteiros, fomos acusados, Senhor Presidente, de estarmos votando contra os benefícios às microempresas do Paraná.

Não poderia deixar passar em branco, enquanto infelizmente, as palavras que nós dizemos aqui nesta Casa, quando são repercutidas lá fora, depois de devidamente embalsamadas com gordas verbas publicitárias, elas invertem o seu sentido. Mas felizmente, Senhor Presidente, resta a verdade que ficará registrada nos Anais desta Casa. Felizmente, Sr. Presidente, restam

ainda atitudes solidárias de colegas nossos aqui, que souberam, num gesto de grandeza, repór a verdade perante os meios de comunicação. A esses, nós agradecemos e reconhecemos pelo gesto de solidariedade e pelo amor à verdade.

Agora fica aqui o meu protesto a este - a exemplo do Delegado lá do Norte que, ao invés de prender o ladrão de galinhas, foi acusar aquele que, segundo ele, perturbava o silêncio público. Então esta, infelizmente, é a situação a que nós nos deparamos.

Eu espero, por parte do Governador do Estado, com toda sinceridade, Senhor Presidente - o Senhor é testemunha, os Deputados também - nós temos feito uma oposição ao Governo, temos sido críticos deste Governo, mas temos procurado agir com lealdade, pode nos atacar, nos criticar, discordar, isso é bom, é salutar. Aposto - por favor, não mintam - dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores é responsável, Senhor Presidente, pela demora na aprovação desta lei, é uma mentira. Nós temos três Deputados nesta Casa, enquanto a Bancada Governista tem mais de 30 hoje, grande parte sequer estão aqui hoje para dar o "quorum" para a aprovação dessa matéria; a nossa Bancada está, sem "jeton", sem nada, mas estamos aqui.

Senhor Presidente, quero que fique registrado nos Anais desta Casa, a posição do Partido dos Trabalhadores: somos favoráveis à política de estímulo e isenção às microempresas do Paraná, porque elas - nós sabemos - proporcionalmente ao capital investido, são as que proporcionam mais empregos ao nosso povo. Mais do que isto, nós temos uma posição a nível nacional, e achamos que há que se fazer uma revisão completa em todos os encargos fiscais e sociais sobre as empresas em nosso País.

Há que se adotar, não o critério que nós temos hoje, mas sim o critério que leve em conta o faturamento total das empresas. Esses encargos devem recair proporcionalmente, com isso faríamos justiça fiscal. Os que faturam mais, os que ganham mais, pagam mais. Aqueles que dão emprego, que faturam pouco, devem pagar pouco também.

Por este motivo, somos favoráveis, em princípio, a esta lei. Agora, somos desfavoráveis ao artigo 10, apenas ao artigo 10, que estende benefício aos grandes caloteiros do Estado do Paraná. É como sempre se diz, Senhor Presidente: o diabo, quando quer entrar em nossa casa, se transveste de anjo. A mesma coisa nós vimos neste projeto; um projeto na sua essência bom, mas no seu meio, no seu artigo 10, trazia exatamente este crime contra o patrimônio do Estado do

Paraná.

Fica registrada a nossa posição solitária, mas a história, tenho certeza, saberá fazer justiça e colocar a verdadeira verdade. Não há versão que se vende na imprensa, mas há verdade do que é feito aqui nesta Casa.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Lei n° 190/91.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1678, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1682, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1679, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa anuncia a presença do Presidente da Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e convida Sua Excelência para se assentar aqui à Mesa.

Acompanha Sua Excelência o Senhor Sinval Dias, Chefe do Escritório do Paraná.

Para saudar o nosso ilustre visitante, concedo a palavra ao nobre e ilustre Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente do IBGE, Senhor Presidente da Assembléia, Senhores Deputados.

Recebemos a visita do Dr. Eduardo Augusto Guimarães, nesta Casa, no momento em que o Brasil se prepara para o censo demográfico nacional, que é da maior importância para o auto conhecimento da Nação; censo este que será seguido de uma investigação, de um outro censo que fará a investigação do perfil agropecuário, do perfil econômico do interior da Nação, significa muito para o Paraná.

O IBGE é um destes Órgãos de excelência que mantém a nacionalidade, que fazem com que o Brasil se auto conheça, e em o Brasil se auto conhecendo, mantenha a sua soberania.

Receba Sr. Presidente, com os demais visitantes a acolhida cordial desta Assembléia, que de mais a mais, lida com os números do IBGE, na sua tarefa de legislar, sobretudo na tarefa, às vezes, politicamente discutível da criação de múltiplos novos municípios.

Seja bem-vindo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Presidente do IBGE, para saudar os Srs. Deputados.

O SR. EDUARDO AUGUSTO GUIMARÃES - Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados.

Queria manifestar minha satisfação pela oportunidade em comparecer a esta Casa, e dirigir aos Srs., nessa minha visita ao Estado do Paraná, ao qual vim participar de reuniões com os Prefeitos no sentido de buscar o apoio das prefeituras para o censo demográfico.

Nós estamos dando início ao censo demográfico no dia 1º de setembro. É uma operação muito ampla e complexa que por mais que nós planejemos da nossa sede do Rio, há um conjunto de questões que só se resolvem, efetivamente, no dia-a-dia do trabalho de campo. Nós contamos com isso com o apoio das prefeituras no sentido de ajudar o IBGE, na forma do possível, a conduzir o trabalho do censo.

Esperamos também que a prefeitura exerça um trabalho de fiscalização do trabalho do IBGE, indicando à sua direção eventuais problemas que surjam no decorrer do trabalho; entendemos que as prefeituras e os municípios são, talvez, os maiores interessados na boa qualidade do censo, seja pelo conjunto de informações que o censo permite mobilizar que são extremamente relevante para a questão do município, mas também porque do ponto de vista de questões mais práticas a distribuição do fundo de participação dos municípios está centrada nos dados de população proveniente do censo.

Então, a minha vinda ao Paraná tem esse intuito de manter esse contato com os prefeitos e eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade de me dirigir a esta Casa e, em particular às palavras amáveis do Deputado Rafael Greca de Macedo em relação ao IBGE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nós agradecemos a visita do Dr. Eduardo Augusto Guimarães bem como do seu Chefe do Escritório Regional e queremos afirmar a S.Exa. que ele terá ajuda e cooperação não só dos prefeitos como dos Senhores Deputados com assento nesta Casa.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

Senhor Presidente, eu quero solicitar a V.Exa. que sejam tomadas algumas providências nesta Casa. Hoje vários Deputados,

acredito a maioria, recebeu um papel timbrado desta Casa, portanto, papel público destinado ao trabalho dessas cartas, um bilhete com palavras difamatórias ao nosso colega, companheiro de Bancada, Doutor Rosinha. Nós sabemos que a Assembléia Legislativa do Paraná tem um setor de segurança muito eficiente, já demonstrou a qualidade e a eficiência do trabalho do setor de segurança nesta Casa. Eu tenho certeza de que V.Exa. determinará rigorosa investigação, apuração e punição daqueles que aparentemente não têm condições morais e éticas de questionar a postura do Deputado Doutor Rosinha publicamente e o fazem às escondidas na covardia do anonimato.

Eu tenho certeza de que o eficiente serviço de segurança que V.Exa. acionará com rigor nesta Casa irá descobrir o autor ou autores deste trabalho que, por sinal, utiliza dinheiro público para fazer esse tipo de coisa.

Era esse o nosso requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Fique tranqüilo que o serviço de segurança da Assembléia realmente é eficiente, V.Exa. tem prova disso, mas nós vamos pedir o auxílio da Polícia Técnica, já pedimos. Também recebemos. Consideramos uma covardia esse tipo de anonimato e essas providências serão tomadas com energia.

Fique tranqüilo V.Exa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

Faço uso da palavra neste momento para dizer a V.Exa. e ao Plenário da Casa que estou retornando para as funções de Deputado, Vice-Presidente da Assembléia, quando hoje o Prefeito Jaime Lerner retornou já do exterior, tendo já transmitido a ele o cargo de Prefeito da Capital do Estado.

Quero mais uma vez, aqui neste momento, agradecer aos Senhores Deputados que tiveram a compreensão no momento da minha solicitação de licença e até mesmo na prorrogação por mais três dias da licença para que eu permanecesse à frente da Prefeitura Municipal de Curitiba. Mais uma vez a minha gratidão aos companheiros Parlamentares e a certeza de que voltamos à Casa para continuar no trabalho de Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, com a vênica do ilustre visitante.

Eu queria apenas deixar registrado nos Anais deste Parlamento, aquilo que já foi entregue em cada gabinete dos ilustres Deputados no que diz respeito ao aniversário

do município de Irati, a nossa querida Irati do Centro Sul do Paraná.

Mas juntamente com o nosso município de Irati, também os municípios de Rio Azul e de Teixeira Soares, que nos dias 13 e 14 e no dia 15 de julho agora, esses três municípios estão comemorando a sua emancipação político-administrativa. Uma colonização polonesa, ucraniana, alemã, italiana, que data há mais de 100 anos, porém é claro que a emancipação político-administrativa desses três municípios se deu há mais de 80 anos.

Por isso, eu gostaria que V.Exa. deixasse registrado nos Anais desta Casa esses eventos que se realizam nesses três municípios do Centro Sul do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, queremos nesta oportunidade, cumprimentar V.Exa. e os demais integrantes da Mesa, como também os Deputados que, durante este período extraordinário, presentes estiveram nas sessões e nas reuniões das comissões permanentes, para darmos andamento e aprovação às matérias que por aqui tramitaram.

Mais uma vez V.Exa. e este Parlamento demonstram que, com bom senso, com entendimento e com a discussão que aqui se processaram, se conseguiu chegar a um bom termo e aprovar as matérias que por aqui passaram. Saúde, também, o Dr. Eduardo Guimarães, Presidente do IBGE, que nos visita e esperamos que, V.Exa., a frente desse organismo, tenha realmente condições de desenvolver aquele trabalho que todos nós, paranaenses e brasileiros, que esse instituto desenvolva. Todos nós sabemos das problemáticas, das dificuldades e todo um envolvimento que se faz necessário à realização de um censo demográfico. Mas nós, os paranaenses e os brasileiros, estamos a aguardar que esta nova recontagem da população aconteça o mais rapidamente possível porque alguns municípios estão sofrendo muito em função dos números já desatualizados. A sua presença neste Parlamento só o engrandece, e temos certeza que os Parlamentares desta Casa estarão somando esforços junto com o Estado do Paraná, junto com os Governos Municipais para que tudo transcorra normalmente.

E ao final, agradecemos a compreensão de todos os Deputados pelo comportamento que tiveram durante esse período que aqui estiveram.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, nós queremos agradecer a presença do Dr. Eduardo nesta Casa e agradecer a Comissão Executiva, agradecer

todos os funcionários da Assembléia Legislativa ao encerramento deste 1º semestre do nosso trabalho e encerrando esta convocação extraordinária. E queremos convidar todos os Deputados, convidar a Mesa Executiva, a todos os funcionários para que honrassem com as suas presenças nos dias 20 a 28 na II Expovest, que será realizada em Cianorte. Nós nos sentiríamos muito honrados com a presença dos companheiros lá em Cianorte, e lá estaremos a recepcioná-los evidentemente levando o nome do nosso Legislativo.

E ainda saímos mais satisfeitos, mais tranquilos neste encerramento pelo reconhecimento que houve da Bancada do Partido dos Trabalhadores pela nossa Segurança da Assembléia Legislativa que até então era criticada pelo comportamento de manter a ordem e a decência neste Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, permitam-me fazer um apelo ao ilustre representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no sentido de que agilizasse o fornecimento das certidões que contemplam o número de habitantes de diversos municípios aqui do Paraná que já têm a sua aprovação de realização de plebiscito para a emancipação e que muitos deles aguardem esta certidão que, segundo nos consta, vem do Rio de Janeiro.

Esta demora poderá até comprometer a realização de eleições para o ano que vem, em vários municípios que buscam sua emancipação administrativa e política. Então apelo para que olhem com carinho essas reivindicações que temos perante o Instituto, o IBGE.

Gostaria de dizer a V.Exa., se me permite, Sr. Presidente, nós infelizmente, embora assim o pense o Deputado Orlando Pessuti, nós sabemos que sabemos, portanto não nos consideramos animais irracionais. E também não usamos coleiras como alguns por aqui.

Era isso, muito obrigado.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, queria comunicar à Mesa que fizesse o registro do Presidente da Associação dos Prefeitos da Região Metropolitana de Curitiba, Prefeito Francisco, de Mandirituba, o qual está aqui para conversar com o Presidente do IBGE, haja vista que representa uma região que vem sendo, nesses últimos anos, prejudicada pelo grande aumento de população não conferido ainda pelo IBGE.

Cumprimento o Presidente do IBGE e dizemos que os Prefeitos da Região Metropolitana estão sumamente preocupados pela falta de recursos. E desejar aos ilus-

três Deputados boas férias neste recesso e agradecer à Mesa pelo brilhante atendimento que deu a nós todos Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Nesta discussão sobre cachorros, com a permissão do Deputado Rafael Greca o nosso intelectual, eu quero citar um verso de um autor desconhecido: "Pela estrada da vida subi e desci ladeiras, entre cachorros encontrei amigos e entre amigos encontrei cachorros".

(Aplausos).

Nada mais havendo a tratar, encerro o presente período de Sessões Extraordinárias, convocado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, convocado os Senhores Deputados para a sessão do dia 1º de agosto, à hora regimental, para a instalação do segundo período de Sessão Ordinária, da primeira sessão Legislativa da 12ª Legislatura.

Levanta-se a sessão.

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE AGRICULTURA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de julho de hum mil novecentos e oitenta e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Senhor Deputado Severino Felix e os demais membros da Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei nº 215/91. Na sequência, o Senhor Presidente solicita ao Senhor Relator que apresente o seu Parecer. Projeto de Lei nº 215/91, oriundo da Mensagem Governamental nº 25/91, relator Deputado Toti Colaço. Parecer Favorável. Colocado em discussão e posterior votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, RUBENS BREMER, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 08.07.91.

(a) SEVERINO FELIX
Presidente
RUBENS BREMER
Secretário

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		Legislativa.....806.123.127,61	
Receita tributária	0,00	Judiciária.....	0,00
Receita de contribuições	0,00	Administração e planejamento.....	0,00
Receita patrimonial	0,00	Agricultura.....	0,00
Receita agro-pecuária	0,00	Comunicações.....	0,00
Receita industrial	0,00	Defesa nacional e seg. pública.....	0,00
Receita de serviços	0,00	Desenvolvimento regional	0,00
Transferências correntes	710.000.000,00	Educação e cultura.....	0,00
Outras receitas correntes	0,00	Energia e recursos minerais.....	0,00
710.000.000,00		Habituação e urbanismo.....	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		Indústria, comércio e serviços.....	0,00
Operações de crédito	0,00	Relações exteriores.....	0,00
Alienação de bens móveis e imóveis.....	0,00	Saúde e saneamento.....	0,00
Transferências de capital.....	10.000.000,00	Trabalho.....	0,00
Outras receitas de capital	0,00	Assistência e previdência.....	0,00
10.000.000,00		Transporte.....	0,00
720.000.000,00		806.123.127,61	
EXTRAORÇAMENTÁRIA		EXTRAORÇAMENTÁRIA	
Débitos de tesouraria.....	0,00	Restos a pagar	
Depósitos de diversas origens.....	72.355.486,76	Pagamentos.....	133.225,05
Fundos especiais	0,00	Cancelamento.....	0,00
Contas a regularizar.....	0,00	133.225,05	
Contas do realizável.....	0,00	Débitos de tesouraria.....	0,00
Acordos e convênios.....	0,00	Depósitos de diversas origens.....	82.471.175,25
Créditos de Despesas a Pagar		Fundos especiais	0,00
Fornecedores.....	106.850.919,26	Contas a regularizar.....	0,00
Despesas com Pessoal.....	713.109.001,06	Contas do realizável.....	0,00
Outras despesas a pagar.....	0,00	Acordos e convênios.....	0,00
819.959.920,32		Débitos de despesas a pagar	
892.315.407,08		Fornecedores.....	61.858.262,41
SALDOS DO MÊS ANTERIOR		Despesas com Pessoal.....	639.366.566,87
Caixa	0,00	Outras despesas a pagar.....	0,00
Bancos.....	685.624.570,35	701.224.829,28	
Vinculado em contas cor.bancárias ..	0,00	783.829.229,58	
Títulos a receber.....	0,00	SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	
Devedores diversos.....	0,00	CAIXA	
Diversos responsáveis.....	0,00	Bancos.....	0,00
685.624.570,35		Vinculado em C/Correntes Bancárias.	707.987.620,24
		Títulos a receber.....	0,00
		Devedores diversos.....	0,00
		Diversos responsáveis.....	0,00
		707.987.620,24	

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

BALANÇETE FINANCEIRO
DE 01 a 31 DE MAIO DE 1991
PAG. - 1
DATA - 31.05.91

RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES		Legislativa.....	
Receita tributária	0,00	Judiciária.....	788.102.418,89
Receita de contribuições	0,00	Administração e planejamento.....	0,00
Receita patrimonial	0,00	Agricultura.....	0,00
Receita agro-pecuária	0,00	Comunicações.....	0,00
Receita industrial	0,00	Defesa nacional e seg. pública.....	0,00
Receita de serviços	0,00	Desenvolvimento regional	0,00
Transferências correntes	798.000.000,00	Educação e cultura.....	0,00
Outras receitas correntes	1.096.956,73	Energia e recursos minerais.....	0,00
	<u>799.096.956,73</u>	Habituação e urbanismo.....	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		Indústria, comércio e serviços.....	0,00
Operações de crédito	0,00	Relações exteriores.....	0,00
Alienação de bens móveis e imóveis.....	0,00	Saúde e saneamento.....	0,00
Transferências de capital.....	0,00	Trabalho.....	0,00
Outras receitas de capital	0,00	Assistência e previdência.....	0,00
	<u>0,00</u>	Transporte.....	0,00
	799.096.956,73		<u>788.102.418,89</u>
EXTRAORÇAMENTÁRIA		EXTRAORÇAMENTÁRIA	
Débitos de tesouraria.....	0,00	Restos a pagar	
Depósitos de diversas origens.....	139.479.379,67	Pagamentos.....	339.266,21
Fundos especiais	0,00	Cancelamento.....	0,00
Contas a regularizar.....	0,00		<u>339.266,21</u>
Contas do realizável.....	0,00	Débitos de tesouraria.....	0,00
Acordos e convênios.....	0,00	Depósitos de diversas origens.....	96.766.542,61
		Fundos especiais	0,00
Créditos de Despesas a Pagar		Contas a regularizar.....	0,00
Fornecedores.....	86.926.730,38	Contas do realizável.....	0,00
Despesas com Pessoal.....	733.887.471,51	Acordos e convênios.....	0,00
Outras despesas a pagar.....	0,00	Débitos de despesas a pagar	
	<u>820.814.201,89</u>	Fornecedores.....	68.794.058,23
	960.293.581,56	Despesas com Pessoal.....	767.531.697,46
SALDOS DO MÊS ANTERIOR		Outras despesas a pagar.....	0,00
Caixa	0,00		<u>836.325.755,69</u>
Bancos.....	703.987.620,24		933.431.564,51
Vinculado em contas cor.bancárias ..	0,00	SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Títulos a receber.....	0,00	CAIXA	
Devedores diversos.....	0,00	Bancos.....	
Diversos responsáveis.....	0,00	Vinculado em C/Correntes Bancárias.	
	<u>707.987.620,24</u>	Títulos a receber.....	
		Devedores diversos.....	
		Diversos responsáveis.....	
		<u>745.844.175,13</u>	

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral